



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS- DCFS
CAMPUS II- AREIA – PB

AMANDA GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
CAMPUS II DA UFPB

Areia-PB

2017

AMANDA GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

**PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
CAMPUS II DA UFPB**

Trabalho de conclusão de Curso apresentada ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: **Prof. Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos**

Areia-PB

2017

AMANDA GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

**PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
CAMPUS II DA UFPB**

Trabalho de conclusão de Curso apresentada ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos

Orientadora – CCA/UFPB

Prof^ª. Maria Lorena de Assis Candido

Examinadora - CCA/UFPB

Prof. Dr. Wilson Felix da Silva Xavier

Examinador - CCA/UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por mais uma etapa concluída, por está comigo em todos os momentos e me mostrar o caminho certo a seguir.

Ao meu pai (*in memorian*) meu maior exemplo, por todo amor e dedicação à família, por sempre incentivar seus filhos e filhas a estudar e procurar ter um futuro melhor.

À minha mãe guerreira, que sempre teve força para enfrentar as dificuldades, e não deixou que nada nos faltasse, depois que meu pai se foi.

À minha grande e amada família, aos meus irmãos e irmãs que mesmo com nossas diferenças nos preocupamos uns com os outros. Em especial a minha irmã Emanuela que sempre me incentivou e esteve do meu lado nessa trajetória acadêmica.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas que amo imensamente e mesmo tirando minha paciência trazem alegria para minha vida.

Às minhas amigas de longa data, Amanda Cibele, Gianna, Suzana e Samara, que me fazem entender o real sentido de uma amizade verdadeira, vocês são muito importantes para minha vida. Agradeço em especial à amiga/parceira Samara, por todos os conselhos, por torcer por mim e esta sempre presente na minha vida.

Às minhas colegas de curso, Karol, Luciene, Rose e Silvana que tornaram-se grandes amigas. Toda minha gratidão a Silvana amiga/irmã, que passou por muitos momentos de estresses, frustrações e alegrias durante o curso.

À minha orientadora, profa. Dr. Anita Leocádia Pereira dos Santos, por ter me convidado para fazer parte do Programa de Extensão, onde tive muito aprendizado e evoluí tanto academicamente, como pessoalmente. Sou grata por todas as orientações durante o estágio e na construção do TCC.

À banca examinadora, Prof. Dr. Wilson José Félix Xavier e Profa. Maria Lorena de Assis Candido, por ter aceitado o convite e por trazerem grandes contribuições para o meu trabalho.

Gratidão à todos e a todas!

RESUMO

A violência contra as mulheres é uma violação aos direitos humanos e um dos principais problemas da sociedade contemporânea que precisa ser enfrentado e superado. Esta violência ocorre em espaços públicos e privados de diversas maneiras, baseadas nas desigualdades de gênero promovidas a partir das diferenças sexuais. O presente estudo teve como objetivo identificar as percepções dos/das estudantes universitários acerca da violência contra as mulheres com suas especificidades e como esta forma de violência ocorre nesta instituição do Campus de Areia, Centro de Ciências Agrárias/CCA/UFPB. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados no decorrer do Curso de Extensão “Gênero e Sexualidade em debate, pelo fim da violência” por meio de questionários, discussão sobre conceitos relacionados às questões de gênero e entrevista de grupo focal, no período de setembro a outubro de 2016. Para o aporte teórico utilizou-se estudos de violência (MACHADO, 2010), a teoria da dominação masculina (BOURDIEU, 2005) e estudos de gênero. O público participante de dezenove estudantes de graduação com idades entre 18 e 32 anos, sendo quinze do sexo feminino e quatro do sexo masculino, constituiu-se como amostra voluntária. Os resultados obtidos apontam que há percepção da violência contra as estudantes no Campus, com destaque para casos de invasão de privacidade das alunas, mais divulgados; os/as estudantes apresentam compreensão conceitual e tipificam a violência contra as mulheres, mas, em sua maioria não identificam na prática as diversas formas de violência, confirmando-se parcialmente a invisibilidade da violência simbólica, forte componente da violência contra as mulheres presente no ambiente universitário, embora a amostra já estivesse envolvida nos estudos sobre violência de gênero. Assim, relações de gênero desiguais, afetadas de poder e dominação entre homens e mulheres, resultantes de uma construção social, cultural e histórica baseada na ordem androcêntrica e causadoras da violência contra as mulheres só podem ser superadas a partir de uma reconstrução destas relações sociais de gênero. Conclui-se sobre a importância da realização de estudos, discussões e pesquisas acerca do tema em tela, pois somente através do conhecimento pode se construir o respeito para o enfrentamento da violência contra as mulheres, problema grave e crescente a ser erradicado em todos os espaços, inclusive na universidade.

Palavras-chave: Androcentrismo; Relações de gênero; Violência de gênero.

ABSTRACT

Violence against women is a violation of human rights and one of the main problems of contemporary society that needs to be faced and overcome. This violence occurs in public and private spaces in many ways, based on gender inequalities promoted by sexual differences. The present study aimed to identify university students' perceptions about violence against women with their specificities and how this form of violence occurs in the Campus of Areia, Center of Agrarian Sciences-CCA/UFPB. It is a qualitative research, which data were collected during the Extension Course & "Gender and Sexuality in debate for the end of the violence", through questionnaires, discussion of concepts related to gender issues and focus group interviews, from September to October 2016. For the theoretical contribution we used studies of violence (MACHADO, 2010), the theory of male domination (BOURDIEU, 2005) and gender studies. The target audience was undergraduate students totalizing nineteen students between ages of 18 and 32, fifteen were female and four were male, constituting a voluntary sample. The results indicate that there is a perception of violence against the students in the Campus, with emphasis on cases of invasion of privacy of the more publicized students; The students show conceptual understanding and typify violence against women, but most of them do not identify in practice the many forms of violence, partially confirming the invisibility of symbolic violence, a strong component of violence against women in the environment University, although the sample was already involved in studies on gender violence. Thus, unequal gender relations, affected by power and domination between men and women, resulting from a social, cultural and historical construction based on the androcentric order and causing violence against women can only be overcome through a reconstruction of these social relations of genre. We conclude on the importance of carrying out studies, discussions and research on the topic on screen, since only through knowledge it's possible to build respect for confronting violence against women, a serious and growing problem to be eradicated in all spaces, including in the university.

Keywords: Androcentrism; Gender relations; Gender violence.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Gênero e relações de gênero	11
2.2 Androcentrismo- Machismo- Patriarcado.....	13
2.3. Violência e a violência contra mulher	15
3. METODOLOGIA	22
3.1 A natureza da pesquisa.....	22
3.2. Local e público da pesquisa	24
3.3 Procedimentos de pesquisa	25
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	28
4.1 A compreensão da violência	28
4.2 A violência presente na instituição	31
4.3 Discussão conceitual acerca da violência de gênero contra mulheres	38
4.4 A violência no Campus: Relato do Grupo Focal	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	57

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma das formas mais graves e recorrentes de violação dos direitos humanos, estruturada pelas desigualdades de gênero, que se dão historicamente pela forma como homens e mulheres são educados e conduzidos a se comportar na sociedade. Embora as mulheres já tenham conquistado um espaço significativo nos meios sociais, muitas vezes, ainda são tratadas como inferiores aos homens e, frequentemente, são vítimas de violência das mais diversas formas. Aos homens, são atribuídos predominantemente os papéis de poder e dominação, enquanto às mulheres são predominantemente orientadas à submissão a eles. Esta forma de violência pode ser caracterizada como uma violência de gênero.

De acordo com a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06, sancionada no dia 07 de agosto de 2006, a violência doméstica contra a mulher é baseada no gênero, e se manifesta como qualquer ação que cause dano ou sofrimento à vítima, não só como forma de violência física, mas, também psicológica, sexual, patrimonial e moral. Esta Lei tipifica a violência: a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional à vítima, como diminuição da autoestima ou qualquer ato que prejudique sua saúde mental; a violência sexual, entendida como qualquer ato que constranja a mulher, como participar de relações sexuais não desejadas, mediante intimidação, ameaça ou uso da força; violência patrimonial, qualquer conduta que configure a destruição ou retenção dos bens da vítima; violência moral, qualquer ato que configure calúnia e difamação da mulher; e violência física, qualquer ato que ofenda a integridade física da mulher.

Além da Lei 11.340/06, foi sancionada a Lei do Feminicídio Nº 13.104/15 em 09 de março de 2015, que inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos, passando a ser homicídio qualificado a morte de mulheres por questões específicas do sexo feminino. O artigo 2º desta Lei aponta as situações que são consideradas “de condição de sexo feminino”: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A violação de direitos atinge as mulheres sem distinção de raça ou classe social. Entretanto, as mulheres de classe de baixa renda, em sua maioria, são mais vulneráveis à violência, pois vivem, em ambientes marcados pela violência, onde o álcool e outras drogas estão presentes no cotidiano, além do baixo nível de escolaridade e de oportunidades sociais em geral; foram, muitas vezes, meninas que vivenciaram a violência na infância em casa, com o pai que batia na mãe, e ao se tornarem adultas é provável que naturalizem a violência doméstica quando o companheiro agir da mesma forma.

O tema da violência contra mulher precisa ser discutido, pois, se trata de um problema social de bastante relevância para todos/as, uma vez que na sociedade, ao longo dos tempos, revela-se a prevalência desta violência em um número crescente, que acusa carência de desenvolvimento ao respeito à vida das mulheres. Assim, o interesse pelo tema surgiu pelo fato provocador do crescimento dos números de violência contra a mulher mais recentemente, a despeito da implementação da Lei Maria da Penha e, ao mesmo tempo, a partir do seu uso como dispositivo incentivador de denúncia.

Como a violência contra as mulheres está presente para além do convívio doméstico, em diversos ambientes, esta pesquisa surgiu da indagação a respeito da ocorrência da violência de gênero contra as mulheres no ambiente universitário, uma vez que os casos de violência contra as mulheres estão muitas vezes sustentadas pela cultura patriarcal, tornando-se ignorados ou imperceptíveis.

Deste modo, a partir desta pesquisa pretende-se, apresentar situações concretas diagnosticadas a partir de relatos e contribuir acadêmica e politicamente para a evidenciação e à coibição de práticas de violência e desrespeito para com as mulheres estudantes, no espaço universitário, em busca da cultura do respeito aos direitos.

Assim, o presente estudo de natureza qualitativa e exploratória tem como objetivo principal investigar as percepções das/dos estudantes de graduação acerca da violência contra as mulheres, a partir de uma amostra voluntária, bem como obter relatos da ocorrência desta violência nas diversas formas de relações sociais e convivências dentro da universidade, através de questionários, observações e grupo focal. Todo o processo da pesquisa foi marcado por uma visão crítica necessária para compreender o fenômeno do qual trata esse trabalho de monografia.

São objetivos específicos desta pesquisa: identificar percepções das/dos estudantes de graduação sobre a violência contra a mulher e sobre as especificidades desta violência; investigar se percebem a ocorrência de violências contra as mulheres na instituição superior de ensino, e se estas violências por ventura sofridas pelas mulheres são identificadas como tais, denunciadas ou naturalizadas; como também, observar a partir dos/das alunas/alunos colaboradoras/colaboradores da pesquisa suas compreensões acerca dos conceitos de gênero, e outros correlatos abordados no curso de Extensão “Gênero e sexualidade em debate, pelo fim da violência”, realizado no âmbito do Programa de Extensão “Quem disse que as mulheres não podem? Educação em Direitos, Esportes e Saúde” - PROEXT/MEC/2016, executado na Universidade Federal da Paraíba, no Campus II-Areia, com os alunos e alunas de graduação.

A pesquisa em questão encontra-se disposta em três capítulos. No primeiro capítulo, do referencial teórico, são discutidos os conceitos de gênero, relações de gênero, violência e violência contra mulher, androcentrismo, machismo e patriarcado, à luz de estudos de gênero e da teoria da dominação masculina de Bourdieu (2005).

No segundo capítulo é apresentado o tipo de pesquisa, seu percurso, os meios utilizados para efetuar-la, e a descrição do passo-a-passo da coleta dos dados, tendo como aporte teórico referências da pesquisa qualitativa como Flick (2009), Denzin; Lincoln e colaboradores (2006), Guerra (2014), Gonçalves (2004).

O terceiro capítulo consta os dados obtidos na pesquisa e discorrem-se as discussões de acordo com os conceitos abordados ao longo do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero e relações de gênero

O gênero é uma construção histórica e sociocultural dos sexos masculino e feminino que promovem relações de poder e para seu estudo precisa-se de investimento intelectual por se tratar de um conhecimento histórico. Saffioti (2011, p. 44) afirma que o gênero pode ser concebido em várias instâncias, como símbolos culturais de representações e como conceitos normativos de interpretações de significados.

As diferenças físicas entre homens e mulheres estão presentes sobre o sexo biológico, e muitas vezes são utilizadas pela sociedade na reedição de representações sociais, culturais, de valores como atribuições de gênero. Scott (1995, p. 86) afirma que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e uma forma também de dar significado as relações de poder.

Portanto, o conceito de gênero difere dos conceitos biológicos, e remete à valorização da construção social de cada sexo. Scott (1995, p. 75) afirma que seu uso rejeita explicações biológicas, em vez disso o gênero é utilizado para indicar construções sociais de ideias sobre os papéis adequados para homens e para mulheres.

As relações de gênero são relações sociais desencadeadas através de um processo pedagógico, iniciado no nascimento do bebê, pois é a partir do sexo que são ensinados/as aos meninos e as meninas diferentes formas de agir, sentir e pensar na sociedade, reforçando-se as desigualdades sociais entre homens e mulheres ao longo da história:

De tal modo, que ser homem ou mulher não é definido pelo sexo biológico de cada um/a, mas a partir de relações sociais e culturais que determinam lugares, deveres e direitos distintos conforme a identidade de gênero atribuída (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012).

Determinados pelo contexto social, político e econômico, as relações de gênero referem-se a um conjunto de relações de poder, com particularidades que visam papéis,

identidades e comportamentos contrários conferidos aos homens e as mulheres (SOUSA & CARVALHO, 2003).

As relações humanas geralmente sobrevalorizam as diferenças biológicas, e atribuem-se aos dois sexos visões e comportamentos opostos em muitos aspectos. A forma como homens e mulheres devem se comportar é predominantemente orientada pela sociedade, em construções socioculturais e educacionais, indicando-se modelos a serem seguidos pela sociedade:

As relações de gênero se baseiam em representações sociais e culturais, ou seja, nas ideias sobre o que se deve ser, como deve se comportar, pensar e sentir um homem ou uma mulher. Assim, as ideias sobre a masculinidade e feminilidade tendem a criar estereótipos que ditam como todos os homens e as mulheres devem ser (CARVALHO, 2000. p. 16).

Portanto, os sexos biológicos são utilizados na sociedade como representações de gênero, impondo os papéis em que homens e mulheres devem exercer no meio social, na organização do trabalho e também em casa, como afirma Bourdieu:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2014, p. 20).

Desta forma, o gênero feminino e masculino na sociedade tem valores que se opõem um ao outro, na maioria das vezes com a valorização do homem em detrimento da mulher. Produzindo a distribuição da desigualdade, da autoridade de poder. Neste processo, as mulheres tem sido as principais prejudicadas pela assimetria de valor e de direitos sociais.

As desigualdades sociais de gênero surgem ainda na infância. Isso porque enquanto as meninas são incentivadas com brinquedos que despertem seu papel como cuidadoras e responsáveis pelas tarefas domésticas, os meninos são incentivados com jogos que desenvolvam o seu raciocínio lógico, além de serem preparados para o trabalho fora, assim influenciando-os na vida adulta.

No mundo adulto, as mulheres são as principais vítimas de discriminação e violência e aquelas que fogem aos padrões impostos pela sociedade e optam pela sua carreira profissional, por exemplo, são muitas vezes criticadas por não escolherem o ambiente familiar, enquanto aos homens não se dirige essa mesma cobrança. Desse modo, as mulheres são desencorajadas ao mundo público e se perpetuam no mercado de trabalho as distâncias entre campos de atuação, remuneração e influências nas escolhas profissionais.

Assim, as questões de gênero podem causar grandes conflitos de interesses em todos os meios sociais, partindo do âmbito familiar e escolar, onde acontece inicialmente, a construção da identidade dos indivíduos. A escola, em todos os níveis, é de fundamental importância na construção de novas concepções das relações de gênero, já que deve incentivar a formação cidadã e a percepção crítica dos sujeitos, fazendo-os pensar em uma sociedade mais igualitária em que não haja desigualdades entre os sexos, e principalmente que não impute prejuízos às mulheres, onde mulheres e homens não sejam rotulados e quase obrigados a agirem de formas opostas e antagônicas por pertença de sexo/gênero.

2.2 Androcentrismo- Machismo- Patriarcado

Legitimada pelas diferenças entre os sexos, a centralização do poder e privilégios ao masculino ocorrem nos contextos sociais diversos de forma naturalizada e, muitas vezes não é percebida por suas vítimas, majoritariamente as mulheres. Tais desigualdades de gênero são baseadas no androcentrismo, que exalta valores culturais de supremacia aos sujeitos masculinos, exclui mulheres de posições de poder, como também, exclui homens cuja masculinidade não é provada, nem aprovada em conformidade com os modelos dominantes, ditados pela visão androcêntrica:

[...] a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2014, p. 18).

O androcentrismo como sistema cultural e elemento basilar da sociedade, orienta as formas de agir, e legitimar opressões e desigualdades nas relações de gênero, promovendo o machismo e as violências de gênero tão comuns e naturalizadas. Na prática, as orientações androcêntricas se revelam como pensamentos e ações machistas, preconceituosas contra o feminino.

Assim, androcentrismo e machismo traduzem-se em opiniões e atitudes que promovem desigualdades e injustiças contra as mulheres e recusam a igualdade de direitos e deveres entre os sexos:

O machismo é a crença de que os homens são superiores às mulheres. Como forma de sexismo, as relações machistas discriminam negativamente, cerceiam e desqualificam as mulheres. O termo tem sido pouco utilizado na linguagem acadêmica, mas é bastante utilizado na linguagem comum, pois expressa relações concretas, vividas, bem como denuncia valores androcêntricos há séculos transmitidos através das instituições, como família, a escola, a igreja e o estado (CARVALHO, ANDRADE, JUNQUEIRA, 2009, p. 31).

O conjunto de crenças que justificam a supremacia masculina e a inferiorização feminina se concretizam no poder do patriarcado ou patriarcalismo, tornando-se visível que a dominação masculina não está presente apenas no âmbito familiar, mas no campo trabalhista, na política e demais áreas do social, compondo o comportamento social como um todo, estando também incorporado nos hábitos de homens e mulheres como sujeitos individuais e coletivos.

De acordo com Saffioti, (2011, p. 44), como o próprio nome já diz, o patriarcado trata-se de um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens nos diversos espaços humanos e sociais, tornando-se um processo naturalizado na história.

Em sua regra o patriarcado nada mais é do que a designação de que o poder é dado ao homem, sendo um sinônimo de dominação masculina, constituindo objetivamente os grupos sociais, nos âmbitos público e privado, onde aos homens são concedidos privilégios e posições de poder e às mulheres são determinadas à inferioridade e a submissão, portanto, dificultando-lhes ou excluindo-as de postos de poder majoritariamente ocupados por homens.

Deste modo, o sistema patriarcal envolve o Estado, a economia, a cultura, a comunicação, a família, a educação, a sexualidade, influenciando e até determinando sobremaneira a vida das pessoas em geral:

Ainda que nos desliguemos da visão naturalista dos gêneros em função da construção social, longe do determinismo biológico, o feminino e o masculino encontram-se enraizados pela cultura machista e patriarcal, marcada pela virilidade sexual. O modelo tradicional masculino requer do homem frieza, insensibilidade, altivez, opressão, poder, força, virilidade, enfim, o que representa superioridade física e intelectual (SANTOS, 2009).

A construção simbólica da autoridade masculina está enraizada no contexto social, legitimando a relação de dominação e exploração da mulher, tornando a violência contra as mulheres uma constante social, naturalizada ao longo da história, de modo à eternizar a ordem masculina e o patriarcado, com o amparo da cultura machista.

2.3. Violência e a violência contra mulher

A violência é um fenômeno social complexo, que possui várias faces e raízes históricas, culturais, econômicas e ainda pode ser tratada como um problema de saúde individual e de saúde pública, podendo ser manifesta de diversas maneiras, seja na forma física, moral, psicológica, etc. Com agressões e desrespeito ao outro/a, essa tem suporte na autoridade masculina no empreendimento da violência contra mulher, em lutas pelo poder e pelo domínio. De acordo a Organização Mundial da Saúde – OMS a violência é definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002 p.05).

Conforme afirma Marilena Chauí, (2007) “violência é um ato de brutalidade, de agressão e abuso físico e/ou psicológico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror”.

Portanto, a violência é uma forma e um ato de desigualdade humana, de caráter nocivo, sempre decorrente de conflitos gerados, sobretudo por fatores sociais.

Assim, trata-se como violência a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral não estão visíveis, (SAFFIOTI, 2011, p. 17). Podendo causar danos, utilizando-se da força e da dominação para prática de tal ato, embora esteja ligada a força física, a violência não se resume ao ato de bater.

Nem sempre a violência é facilmente perceptível, chegando a passar por condições normais e naturalizadas no cotidiano, como o caso da violência simbólica, definida por Bourdieu (2005) como violência sutil, quase invisível, que induz sujeitos individuais ou grupos de pessoas a se posicionarem na sociedade sobre critérios do discurso dominante, mantendo sob controle as suas vítimas:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceber ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não se dispõe, para pensar sua relação com ele, mais de instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural (BOURDIEU 2005, p. 47).

A violência simbólica muitas vezes é incorporada pelas suas vítimas sem que elas percebam e até mesmo as reproduzem. Isso acontece, pois este tipo de violência se manifesta de maneira generalizada, passando por um processo de naturalização histórica e social. A forma como os homens em sua maioria tratam as mulheres, perpetua a dominação masculina contando com o mecanismo comum da violência simbólica, se mantendo a partir de diferentes estratégias ao longo dos anos:

O efeito da dominação simbólica se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos do *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2005, p. 49-50).

Desta forma, no empreendimento da violência contra mulher, vigora como suporte a autoridade e superioridade masculina em luta pelo poder e pelo domínio, principalmente sobre o corpo da mulher, com agressões e desrespeito de diversas

maneiras, culminando com assassinatos, por causas específicas ligadas à condição de mulher, denominados recentemente de feminicídios, de acordo com a Lei Nº 13.104/15.

Ao longo da história, as mulheres são vítimas de violência dentro de casa, na rua ou em instituições, sendo esta violência fundamentada na tradição machista que se propaga, partindo do pressuposto de superioridade do homem. Portanto, a agressão contra a mulher é produto de uma cultura voltada para a supremacia masculina, produzindo personalidades violentas, mormente por parte deles e personalidades submissas, mormente por parte delas, para viabilizar a intimidação dos agressores às mulheres e para garantir que elas se submetam à violência.

Apesar de secular, a violência contra a mulher só passou a ser considerada uma violação dos direitos individuais no fim da década de 1960. Até então, não havia serviços para o atendimento das vítimas e nem punição (DEEKE, 2007). Atualmente, as agressões sofridas pelas mulheres ainda são sustentadas pelo machismo e por preconceitos, embora seja reconhecida como uma violação dos direitos e como agravante, muitas vezes seus agressores não são de fato punidos, pois ainda hoje são justificados na visão androcêntrica e patriarcal de dominação.

As relações de gênero são perpassadas pela violência contra mulher em um processo que está ligado às relações de poder, onde de um lado há o domínio dos homens que impera sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação (SPM - Brasil, 2003, p. 09).

A violência contra as mulheres tem impacto na vida social e no bem estar físico e psíquico delas, e ainda causa impacto negativo à sociedade: “A Organização das Nações Unidas afirma que violência contra as mulheres é uma violação generalizada dos direitos humanos e um dos principais obstáculos para alcançar a igualdade de gênero, desenvolvimento e paz.” (ONU, 2007).

Destaca-se, pois, que as violências praticadas contra as mulheres e sustentadas pela cultura patriarcal, assumem diversas formas e estão em todos os espaços:

A violência engloba todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade, (HIRATA *et al.*, 2009, p. 271).

Manifesta de diversas formas e intensidades, a violência contra mulher é um grave problema a ser enfrentado e reconhecido tanto pelos órgãos governamentais, quanto pela sociedade. A Convenção de Belém do Pará¹, no artigo 2º, alerta que a violência contra mulher ocorre em todos os lugares e de todas as formas:

- a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Portanto, a violência contra a mulher também é recorrente nas instituições, denominada de violência institucional, entendida como qualquer violência executada nos meios institucionais, seja ele público ou privado onde a mulher sofra constrangimentos, assédios moral e sexual, orientações inadequadas e omissão de atendimento, incluindo também a falta de acesso ou de serviços públicos de qualidade.

Sabemos que, a violência contra mulher e violência de gênero, é uma construção histórica, ela por sua vez obteve maior visibilidade a partir das lutas feministas, que apontaram o problema com denúncias e reivindicações de políticas de enfrentamento. Segundo Machado,

As tradições feministas se consideram constituintes do conceito de violência contra as mulheres, não no sentido da invenção, mas sim do reconhecimento do sentido violento em inúmeros atos de força física ou simbólica exercida no contexto das relações costumeiras entre os gêneros (MACHADO, 2010 p. 87-88).

¹ A Convenção de Belém do Pará, adotada na referida cidade, em 09 de junho de 1994, conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial. Desta convecção resultou o documento intitulado Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher.

A violência de gênero pode ser entendida como uma questão cultural, que sofre incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua virilidade e poder de dominação, sobre as pessoas que não se adequam às normas da ordem androcêntrica e patriarcal. Assim, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2002).

Torna-se abrangente a violência de gênero, uma vez que pode ser resultante do desafio à ordem androcêntrica e heterossexista que se utiliza das diferenças para promover as desigualdades de gênero. Carvalho *et al.*, (2009) pontuam que a violência de gênero age quando um homem sente-se no direito de bater numa mulher ou num gay porque ela ou ele ameaça sua masculinidade ou simplesmente porque ele acredita que deve impor-se pela força física.

Todavia, a violência contra as mulheres e, o feminicídio, considerado um crime hediondo a partir de 2015 no Brasil, destacam-se como constantes históricas da violência de gênero, sendo as mulheres vítimas de perseguições seguidas de morte intencionais, configurando-se como comprovadas causas de assassinatos ligados as questões de gênero, à condição de mulher, por formas extremas de misoginia, ou seja, o ódio às mulheres e tudo que esteja ligado ao feminino. Os assassinatos de mulheres representam parte culminante de um ciclo de violências desencadeadas ao longo da história social e das histórias individuais:

Característica que elucida o feminicídio é não ser um fato isolado na vida das vitimizadas, mas apresentar-se como o ponto final em um ciclo de violência, que inclui violências verbais e físicas e uma extensa diversidade de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas histórias de vida. Sempre que essa violência resulta na morte da mulher, tais crimes devem ser reconhecidos como feminicídio (GONÇALVES, 2015).

Ao longo dos anos, os movimentos feministas se tornaram um marco de importantes conquistas das mulheres, dentre elas a luta contra violência à mulher, rompendo com anos de silenciamento em volta da exploração da mulher, garantida pela dominação masculina. A luta das mulheres consolida estruturas que auxiliam na execução de estratégias de trabalho de resistência e combate da violência contra mulher, indicando que ela realmente existe em formas e contextos diversos:

A luta das mulheres pelo fim da violência deu frutos importantes e ganhou em radicalidade na medida em que fomos desnudando os contextos em que a violência opera; e reconhecendo as inúmeras lutas que as mulheres travam cotidianamente, em diferentes espaços. Lutas contra a violência machista, misógina, racista, lesbofóbica, fundamentalista religiosa, contra a discriminação no trabalho, a exploração, a ditadura da estética, a privatização de bens comuns da terra e da humanidade, e inclusive contra a violência institucional que opera reproduzindo toda essa lógica, entre tantas outras (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 105).

Desde os primórdios, acontecem as lutas das mulheres por um tratamento social igual aos que os homens recebem, para que haja uma transformação da ordem patriarcal reguladora, promovendo princípios de igualdade, equidade e de justiça social, dando espaço as mulheres para denunciar as desigualdades sociais (ALVES; PITANGUY, 1981).

Portanto, no percurso histórico das lutas das mulheres nasceu o feminismo, que por fortes reivindicações provoca mudanças nas perspectivas sociais decorrentes de uma ordem patriarcal em diversas áreas, da cultura aos direitos. Contemporaneamente, movimentos diversificados e ativistas feministas lutam pelos direitos legais das mulheres, por autonomia e pela integridade do seu corpo, embora ainda exista necessidade de se abordar os conceitos acerca dos direitos básicos da mulher.

Assim, os movimentos feministas tiveram notórias contribuições na significação e identificação de poder e de violência seja ela simbólica ou física, como afirma Machado:

Os conceitos de descriminalização e de violência contra as mulheres construídos pelos movimentos feministas nos anos sessenta e setenta do século XX foram, por este mesmo processo adotados pelas organizações internacionais com adesão dos Estados Nacionais (...) O conceito de violência contra a mulher foi assim nacionalizado pelas movimentações feministas em diversos Estados e Nações e, ao mesmo tempo, internacionalizado pelas agências intergovernamentais e pelas novas formas de organização não-governamentais feministas (MACHADO, 2010 p. 88).

A violência contra mulher está presente também nas instituições de Ensino Superior, onde na verdade deveria ser um lugar de segurança e esclarecido no que tange o respeito com as mulheres. A pesquisa² realizada pelo Instituto Avon das mulheres

² A pesquisa do Instituto Avon foi realizada ao longo de setembro e outubro de 2015, com universitários de graduação e pós-graduação de ambos os sexos. Com o total de 1.823 universitários de todo o país. Disponível em: < http://www.ouvidoria.ufscar.br/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf> Acesso em: 01 dez. 2016.

entrevistadas, 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Desta forma, é possível reconhecer que o local que deveria ser seguro para todos e todas, o ambiente universitário, pode ser nomeado como um espaço violento às mulheres:

O ambiente universitário, que deveria ser apenas de interação e educação, também é espaço de medo para a mulher. Locais e acessos mal iluminados, falta de segurança, exposição a comportamentos machistas e violência de gênero são fatores determinantes para essa situação. A violência pode vir de criminosos externos, mas não só deles. Colegas e professores, parceiros do cotidiano, podem ser protagonistas de violências que vão da desqualificação intelectual ao estupro. Essa percepção, muitas vezes, já gera a intimidação (INSTITUTO AVON, 2015 p. 4).

Este tipo de pesquisa serve de alerta para que as instituições de ensino superior atentem ao fato de que a violência contra a mulher está presente também nos ambientes universitários, e passem a construir políticas de enfrentamento a violência. É necessário que as instituições de ensino superior estejam preparadas para receber denúncias, construindo uma relação acolhimento as vítimas da violência, além de criar campanhas preventivas eficazes e para que não ocorra casos futuros de violência contra mulher.

3. METODOLOGIA

3.1 A natureza da pesquisa

Este estudo teve uma abordagem qualitativa, que está relacionada à compreensão, interpretação de comportamentos, opiniões e expectativas de indivíduos de um determinado grupo ou população. O trabalho aborda as percepções acerca dos acontecimentos dos colaboradores e colaboradoras envolvidos/as na pesquisa, que são mais que colaboradores são agentes da observação e da ação no mundo, a partir, das posições em contextos diversos: “A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN *et al.*, 2006, p.17).

Através da pesquisa qualitativa, é possível apontar informações aprofundadas e ilustrativas, não precisando ser uma amostragem de grande extensão, mas, que seja capaz de trazer novas informações. Este tipo de abordagem trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um processo mais aprofundado na relação com os dados, de tal forma que

Este tipo de pesquisa tem a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto investigado isto é, facilitando a delimitação do tema da pesquisa na qual orienta a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrindo um novo tipo de enfoque para o assunto (PRODANOV & FREITAS, 2013 p.52).

Na busca de caminhos, não há uma fixidez e para realização de coleta de dados utilizam-se diversos recursos, como entrevistas, observações, entre outros, como afirma Flick:

A gama de métodos disponíveis para a coleta e a análise dos dados pode ser alocada nessas perspectivas de pesquisa conforme segue: na primeira perspectiva há um predomínio das entrevistas semiestruturadas ou narrativas e dos procedimentos de codificação e de análise de conteúdo. Na segunda perspectiva de pesquisa, os dados são coletados a partir de grupos focais, de etnografia ou de observação (participante) e de gravações audiovisuais, (FLICK, 2009 p.29).

Em pesquisas qualitativas que trabalham com pessoas, tem-se por finalidade analisar, entender e descrever os fenômenos sociais, exigindo do pesquisador(a) habilidades para poder perceber e contextualizar o que é trabalhado dentro da pesquisa. Segundo Flick, isso pode ocorrer de diversas maneiras:

- Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a história biográficas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia-a-dia;
- Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas, interação e comunicação, bem como da análise do material (FLICK, 2009, p. 8).

No presente estudo, foram coletados relatos, através de questionário, um dos métodos utilizados para a pesquisa. O questionário é utilizado como uma técnica de investigação que reúne um número de questões primordiais para discutir os objetivos da pesquisa. Para sua construção é necessário planejar o que vai ser abordado, formular perguntas que obtenham informações necessárias ao cunho da pesquisa e, definir a ordem das perguntas.

Segundo Gonçalves, “um bom questionário é, antes de tudo, o que se adapta, pertinentemente, tanto aos objetivos do inquérito, e à problemática que o suscitou como às características e particularidades da população a que vai ser aplicado” (GONÇALVES, 2004, p. 82). Os dados coletados pelo questionário, instrumento que serve primordialmente à pesquisa quantitativa, receberam um tratamento qualitativo se tornando meios para a coleta de dados qualitativos na entrevista de grupo focal e nunca fins para análise quantitativa, pois fugiria aos objetivos propostos pelo plano de estudo.

A entrevista de grupo focal baseia-se na coleta de informações por meio das interações grupais. O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre determinado assunto que está em discussão como também esclarecer informações e percepções diagnosticadas. É necessário ter um mediador (a) no qual abordará os assuntos a serem discutidos e incentivando a interação de todos/as os/as participantes presentes. De acordo com Flick,

A marca do que define os grupos focais é o uso explícito da interação do grupo para a produção de dados e insights que seriam menos acessíveis sem a interação verificada em grupo. Os grupos focais são aplicados como um método em si mesmo ou em combinação com outros métodos, (FLICK, 2009, p. 188).

Na trilha da coleta de dados, pretendeu-se não somente a identificação das percepções como também o diagnóstico das compreensões conceituais. Para discussão dos conceitos relacionados a gênero, foram construídos mapas mentais, no intuito de provocar reflexões dos estudantes e das estudantes sobre cada conceito abordado, de modo que eles/elas teriam que focar nos conceitos e então revelar a própria ideia acerca do conceito/tema e seus desdobramentos. O mapa mental é utilizado como forma de representar ideias e conceitos que se encontram relacionados com uma ideia central ou palavra-chave:

Em termos práticos, um mapa mental é uma ferramenta de planificação e de anotação de informações de forma não linear, ou seja, em forma de teia ou rede. Isto significa que a ideia principal é normalmente colocada no centro e as ideias associadas são descritas apenas com palavras-chave e ilustradas opcionalmente com imagens, ícones e cores variadas (MARQUES, 2008, p. 36).

A perspectiva do diálogo tornou possível a revelação da percepção acerca da violência contra a mulher, contando com a possibilidade e expressão das ideias, dúvidas e de divergências, como processo revelador de posições e compreensões adotadas por parte dos colaboradores e colaboradoras, diante do contexto estudado, o Centro de Ciências Agrárias, Campus II da UFPB.

3.2. Local e público da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na Instituição de Ensino Superior, Campus II da UFPB, inicialmente chamada Escola de Agronomia da Parahyba, depois denominada Escola de Agronomia do Nordeste. Após a integração com a Universidade Federal da Paraíba a Escola passou a ser o Centro de Ciências Agrárias - CCA, localizado no município de Areia, no brejo paraibano. No ano de 2016, fazendo 80 anos de sua fundação, o Campus II oferece cinco cursos de graduação, são eles: Agronomia,

Zootecnia, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, e Química Licenciatura e Bacharelado.

Os colaboradores e colaboradoras da pesquisa, como voluntários, foram estudantes de graduação participantes do Curso de Extensão “Gênero e sexualidade em debate, pelo fim da violência”, com carga horária de 30 horas, iniciado em setembro e com previsão para ser concluído em novembro de 2016, aberto à participação de estudantes de graduação de todos os cursos do CCA. Este Curso foi ofertado e coordenado pela professora Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos, no âmbito da execução do Programa de Extensão “Quem disse que as mulheres não podem? Educação em Direitos, Esportes e Saúde” (PROEXT/MEC/2016)³.

Os/as estudantes participantes do Curso de Extensão se tornaram amostra voluntária assim composta: Um estudante do curso de Agronomia, onze estudantes do curso Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, seis estudantes do curso de Medicina Veterinária e uma aluna do curso de Zootecnia, sendo quatro são do sexo masculino e quinze do sexo feminino, com a variante idade de 18 a 32 anos, contabilizando-se o total de dezenove estudantes.

3.3 Procedimentos de pesquisa

No primeiro contato com o público da pesquisa no dia 01 de setembro de 2016, início do Curso de Extensão supracitado, e data de aplicação do primeiro questionário, visando obter um conhecimento prévio do que os estudantes e as estudantes tinham sobre os temas que iriam ser abordados durante o curso e para servir de direção as etapas seguintes desta pesquisa, foi explicado como iriam acontecer os procedimentos deste trabalho e sua finalidade, os/as estudantes prontamente se disponibilizaram e

³ Este Programa aprovado e financiado pelo PROEXT/MEC em execução bianual, 2015/2016, representa a quinta edição de uma sequência de ações de extensão iniciada em 2011, com o “Projeto de Extensão Gênero e Sexualidade em Debate, pela construção da Paz”, sob a coordenação da professora Anita Leocádia Pereira dos Santos (DCFS/CCA/UFPB), realizadas com o apoio do Edital PROEXT/MEC. Estes Projeto e Programas de Extensão abordam proposta educativas e o enfrentamento a violência de gênero, com destaque à violência contra às mulheres, sendo uma ação da universidade junto às comunidade ao seu redor e internamente ofertando Cursos de Extensão, também disponibilizando bolsas de extensão para equipe de execução, que também recebe formação sobre Relações de gênero e violências. Nesta equipe se inclui, desde 2015, a graduanda que realiza este Trabalho de Conclusão de Curso.

assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participarem de todas as etapas deste trabalho. Neste dia estavam presentes dezenove alunos/alunas.

Em seguida, foi distribuído a ele/elas o primeiro questionário que continha quatro perguntas, com as seguintes questões: O que você entende por violência e foi pedido que exemplificasse; Foi perguntado se na opinião deles/as na violência existem vítimas principais e por que; Outra questão perguntada foi se eles/elas achavam que acontecia violência na universidade e, em caso positivo, relatasse algum caso que tivessem conhecimento; na última questão, foi perguntado se eles/elas conhecem ou conheceram alguma mulher que foi vítima de violência doméstica e comentassem o caso.

Em atividade já prevista para o curso, foram distribuídos aos/as participantes os glossários (CARVALHO *et al.*, 2009)⁴ que continham os conceitos relacionados a gênero para que eles/elas fizessem a leitura de todos os conceitos. A partir deste estudo realizado, após se inteirarem com os conceitos do glossário, no dia 15 setembro de 2016 foi realizada uma atividade em grupos, na qual foram escolhidos quatro conceitos, para que se desenvolvessem os mapas mentais, compondo o segundo momento desta pesquisa, que teve grande importância na coleta e apuração dos dados da pesquisa.

Nesta data acima, compareceram doze estudantes, que foram divididos em quatro grupos distribuídos canetas e cartazes para a construção dos mapas mentais; os conceitos abordados foram os de gênero, patriarcado, machismos, violência e violência de gênero. Em seguida, cada grupo apresentou para a turma seu mapa mental, explicando as palavras que tinham colocado para descrever o conceito indicado ao seu grupo.

No terceiro momento, no decorrer do curso, foi aplicado um segundo questionário no dia 06 de outubro de 2016, com o total de quatorze estudantes que responderam a esse questionário, cujo foco era a violência contra mulher dentro do Campus II/CCA/UFPB. Este questionário foi organizado também em quatro questões: na primeira questão foi perguntado se haviam tomado conhecimento de algum tipo de violência contra mulher no CCA, pelo fato de ser mulher, e qual teria sido; na segunda

⁴ A publicação impressa “Gênero e Diversidade Sexual - um Glossário”, faz parte dos produtos do Projeto Iguais Porque Diferentes, com financiamento MEC/SECAD, executado em 2009, sob a Coordenação da Professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho (DHP/CE/UFPB).

questão, perguntava-se se já haviam presenciado uma situação de violência contra alguma estudante pelo fato de ser mulher; a terceira questão solicitava que comentassem como eles/elas viam a violência sofrida pelas estudantes dentro do Campus II; na quarta e última questão, foi perguntado o que na opinião deles/delas poderia ser feito para coibir a violência contra as estudantes no Campus.

O quarto momento de coleta de dados, ocorreu no dia 20 de outubro de 2016, por meio da entrevista de grupo focal com a turma, conduzida pela Professora Coordenadora do Curso e Orientadora deste trabalho, permitindo-se, assim, uma interação satisfatória entre os/as estudantes que compõem a amostra e destes com a entrevistadora, a partir do vínculo de confiança construído. Neste dia, estavam presentes quatorze estudantes e a entrevista foi gravada para transcrição posterior por esta graduanda, que também participou interagindo com as colaboradoras e os colaboradores da pesquisa.

Para a entrevista de grupo focal foi elaborado previamente um roteiro a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados anteriormente. A mediadora levantou os questionamentos sobre o que eles/elas haviam respondido nos questionários, fazendo com que refletissem sobre suas respostas, se expressassem, e, assim ampliando as percepções em relação ao tema da violência contra as mulheres no Campus II.

Os questionamentos foram: Exemplificar casos de preconceitos e desrespeitos contra as mulheres e machismo ocorridos no CCA; onde ocorrem, de que forma e se houve providências quanto a esses fatos; como perceber a violência de gênero contra a mulher, se é possível perceber; para coibição da violência, quais os caminhos a serem tomados para que chegue a alguma solução.

A realização da entrevista de grupo focal cumpriu o seu papel no aprofundamento e esclarecimento das questões abordadas nos questionários como pontos de partida, conduzindo os/as entrevistados e entrevistadas ao debate e a reflexão sobre o ambiente estudado e sobre suas próprias percepções, funcionando como ferramenta de coleta de dados e como ferramenta pedagógica no contexto da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A compreensão da violência

Na coleta de dados, por meio de questionário, foi possível observar sobre o entendimento a violência, com base nas respostas obtidas, que os/as estudantes têm compreensões amplas em relação a este conceito. Eles/elas apontam-na como qualquer ato de violação dos direitos das pessoas e que cause danos as suas vítimas e percebem que ela não acontece só através da força física:

Entendo que violência é qualquer tipo de desrespeito e dano causado a outro indivíduo de maneira intencional, sendo este físico, psicológico entre outros (J.E.C.R., 23; sexo feminino);

Qualquer ato físico ou psicológico que constranja, machuque, prejudique alguém. (A.R.L.V., 18, sexo feminino);

Violência é qualquer ato que agrida o indivíduo. Seja fisicamente ou não, onde tal agressão irá causar principalmente medo, silenciamento, sentimento de inferioridade, etc. (E. F. S.B, 24, sexo feminino);

Violência é aquilo que infringe os seus direitos ou limites que você impõe (R.S.R., 19, sexo feminino).

A compreensão exposta se aproxima da conceituação emitida pela OMS e dos estudos desenvolvidos acerca do tema da violência. Esta compreensão inclui a palavra “poder”, buscando melhor conceituar a definição de violência,

A inclusão da palavra "poder", além da frase "uso da força física" Amplia a natureza de um ato violento e expande o entendimento convencional de violência de modo a incluir aqueles atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações. O "uso do poder" também serve para incluir negligência ou atos de omissão, além de atos violentos mais óbvios de perpetração. Assim, "o uso da força física ou do poder" deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico (OMS, 2002, p.05).

Quando perguntado aos estudantes se haveria vítimas principais da violência, do universo de 19 alunos/as apenas dois disseram que não havia vítimas principais.

Não. Porque no caso de violência todos os envolvidos são vítimas principais. (S.M.S.B., 27, sexo feminino);

Não, a violência não é exclusiva contra um único gênero (D.C.F.A., 19, sexo feminino).

A maioria do grupo pesquisado concorda que a violência possui vítimas vulneráveis, pois vivemos em uma sociedade que possui privilégios e por isso existem grupos ou pessoas com maior apoio social, como também pessoas que fogem ao padrão imposto pela sociedade, destacando-se as mulheres, as crianças, os idosos e os gays, que sofrem preconceitos e, por vezes, ataques.

Sim, porque tem grupos considerados mais vulneráveis, devido a contextos históricos, culturais que vão sendo internalizados (J.V.B., 31, sexo feminino);

Sim. Porque a sociedade é construída em grupos e alguns estarão em situação de privilégio em detrimento de outros. A maioria de atitudes violentas que o ser humano pratica deriva da desigualdade social e o preconceito com o outro (F.E., 20, sexo masculino);

Sim, se destacando mulheres, gays, lésbicas, crianças e qualquer pessoa que tente viver do modo que queira (J.A.D.L.N., 18, sexo feminino).

De fato, há pessoas e grupos sociais que se tornam mais suscetíveis à violência e muitas vezes, com poucas condições de acessar seus direitos e garantias sociais, até por desconhecimento destes direitos. Essa constatação está intrinsicamente ligada ao conceito de vulnerabilidade social que é demarcada pela desigualdade de pessoas ou grupos sociais marginalizados e excluídos de benefícios e direitos que todos/as devem ter:

A vulnerabilidade social gira em torno das condições as quais o indivíduo tem acesso limitado ou, até mesmo, nenhum acesso. Partindo desta lógica, a desigualdade social impõe a este indivíduo uma situação de vulnerabilidade na medida em que condiciona o acesso aos seus direitos sociais, cujos dentro da sociedade capitalista devem ser garantidos pelo Estado, via políticas sociais públicas. (SILVA, 2011).

Podemos afirmar que as mulheres estão incluídas nos grupos de vulnerabilidade social, pois a maioria dos espaços é marcada pelas desigualdades históricas entre homens e mulheres, onde há o privilégio do sexo masculino e assimetrias de gênero na participação nos postos de comando, fazendo com que as mulheres se tornem vítimas principais da violência, seja no meio social ou privado. A estudante afirma isso em sua reposta

Sabemos que vivemos em uma sociedade de privilégio e por conta de vivermos em uma sociedade patriarcal, a mulher se torna principal alvo da violência social, inclusive esta causada pelo gênero masculino (J.E.C.R., 23, sexo feminino).

As relações de poder e privilégio que prejudicam as mulheres são alimentados pela sociedade androcêntrica que se põe como neutra, como Bourdieu afirma:

A primazia universal concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus (...) Por conseguinte, a visão androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. (BOURDIEU, 2005, p. 45).

As mulheres vivem em condições de vulnerabilidade social, devido a uma sociedade desigual ditando modelos e regras que devem ser seguidas, e as que fogem a esse padrão imposto, sofrem duramente os preconceitos sexistas e a violência justificada. Portanto, as mulheres vivem em condições ainda desfavoráveis em relação a violência perpetrada contra ela.

Os dados do Mapa da Violência - SPM de 2015 sobre os atendimentos por violência doméstica, sexual e/ou outras violências registrados, mostra que durante o referido ano foram atendidas 223.796 vítimas de todos os tipos de violência. Desses números 147.691 eram mulheres, mostrando que de duas a cada três vítimas eram mulheres que precisaram de atendimentos médicos por conta da violência seja ela doméstica e/ou sexual, entre outras.

Na última questão do primeiro questionário foi perguntado se eles/elas conhecem ou conheceram alguma vítima de violência doméstica e com exceção de duas alunas, todos/as colaboradores e colaboradoras já tiveram ou tem conhecimento de algum caso de violência doméstica.

Sim existe e existiu casos de violência na minha família, tanto física como psicológica. No entanto, as que presenciei foram psicológicas, os outros casos sei por histórias de família (J.N.L.L., 19, sexo feminino);

Eu fui vítima de violência doméstica em um relacionamento abusivo que durou cinco anos. Os casos são vários em todo lugar encontramos diversos casos de violência doméstica (J.E.C.R., 23, sexo feminino);

Sim, uma colega que é proibida de sair e arrumar outro marido, enquanto o agressor não a assume, mas também não a deixa com outro. E de uma vizinha que levou uma “paulada” do marido (A.M.P., 25, sexo feminino);

Sim, caso constatado foi de nível parental o esposo agrediu a mulher a mesma estando com 17 semanas de gestação (K.R.B., 22, sexo feminino).

A proximidade da violência doméstica contra a mulher, inclusive auto identificada, revela que as mulheres permanecem sendo alvos de violência pela condição de mulher. Não obstante, a violência doméstica é cada vez mais perceptível, a partir da criminalização posta pela Lei Maria da Penha (BRASIL,2006).

Cada vez mais, surgem relatos e as pessoas ou já presenciaram ou tiveram conhecimento de casos, de uma vizinha, amiga ou familiar. Uma das participantes da pesquisa não só conhece casos, como também se apresenta como vítima da violência num relacionamento, embora seja ela bem jovem. Demonstra-se assim, a prevalência da violência contra as mulheres apesar do contexto de juventude e a perpetuação intergeracional, embora seja notável que a nova geração está conseguindo identificar não só a violência física, mas também psicológica e moral contra as mulheres.

A pesquisa “Data Senado⁵ Violência Doméstica contra a Mulher” (Secretária de transparência, 2013) informa que apesar de as mulheres terem conhecimento ou ouvido falar da Lei Maria da Penha, estima-se que ainda mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofre algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

4.2 A violência presente na instituição

A universidade é teoricamente um local de todos. Mesmo assim, todos/as percebem que há violência dentro da instituição universitária e, em sua maioria, colocam a violência contra as mulheres e a homofobia como as mais frequentes no ambiente universitário. Foram relatados casos de discriminação e invasão de privacidade nos alojamentos das mulheres, causando medo a todas as mulheres, pois bem sabemos que são principais vítimas da violência.

⁵ As pesquisas do Data Senado são feitas por meio de amostragem com entrevistas telefônicas. A pesquisa é realizada a cada dois anos, a população considerada são mulheres com 16 anos ou mais, residentes no Brasil.

Sim, há muitas violência na universidade, principalmente em relação à gays e mulheres, como preconceitos e desrespeito contra mulheres (J.A.D.L.N., 18, sexo feminino);

Sim, assédio moral, sexual entre os estudantes, principalmente entre os que residem na universidade (R.S.R., 19, sexo feminino);

Sim, uma das alunas teve seu quarto invadido por outro aluno do mesmo Campus, várias alunas foram observadas nuas em seus quartos trocando de roupa e tomando banho por um outro aluno que filmava e fotografava e nada foi feito até hoje, aconteceram assaltos e, em tempos passados, até estupro (R.M.L., 20, sexo feminino);

Sim, todos os dias eu presencio machismo, homofobia e sexismo no Campus (M.W.L.A., 19, sexo feminino).

Nota-se nos comentários dos/das estudantes o destaque ao machismo e ao desrespeito às mulheres sempre presentes na reprodução da violência identificada no ambiente universitário. De preconceito à invasão de quarto, foi acusado como ocorrência da violência no ambiente universitário. O assédio moral e sexual também é relatado na convivência entre estudantes residentes no campus como uma forma de violência, fator que pode acentuar a vulnerabilidade das estudantes diante da “liberdade” vivenciada nos alojamentos.

A maioria dos/das que responderam ao questionário cita a violência em suas variedades de manifestação e em casos mais exacerbados. É animador que tanto no assédio, como na invasão de privacidade, observa-se que não são poucos que percebem a violência simbólica, exercida sem que precise da coerção física e, por isso, muitas vezes não percebida nem pelas suas vítimas. Como afirma Bourdieu,

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária. (BOURDIEU, 2005, p. 7-8).

É perceptível que, aos estudantes entrevistados não há dificuldades em identificar a violência simbólica que está relacionada à violência moral e intelectual

descrita na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Entretanto, por ter sido identificada como tal por um grupo que já demonstra interesse pela temática das questões de gênero, não significa que a violência simbólica e suas correlatas estão sendo também assim identificadas pelas vítimas e empreendedores e, sobretudo, tratadas como tal institucionalmente, com providências de coibição, prevenção, punição e erradicação.

Em torno da percepção da violência contra a mulher, não poderíamos negligenciar a questão da violência doméstica contra a mulher, dado o seu peso conceitual e social no tratamento dos dados desta pesquisa, considerando que a Instituição de Educação Superior por vezes é um espaço de reprodução das relações privadas para os sujeitos e segmentos que a compõem.

Na segunda coleta de dados por meio de questionário, em 06 de outubro de 2016, quando perguntado se já haviam tomado conhecimento de situação de violência contra as mulheres no CCA, todos/as os/as disseram já ter ouvido falar de pelo menos um caso de violência contra mulher dentro do Centro de Ciências Agrárias, tanto há algum tempo atrás, como recentemente.

Nas respostas obtidas, foi possível observar que a maioria respondeu sobre a violência na forma mais visível, bastante repercutida dentro do Campus, em que as estudantes tiveram sua privacidade invadida por um aluno que as observavam na sua intimidade e outro que chegou a invadir na madrugada, o quarto de uma estudante dentro dos alojamentos, conforme foi amplamente divulgado no Centro.

Dois casos praticamente os mesmos, em períodos diferentes de dois rapazes que invadiram a privacidade de meninas nos alojamentos, sendo que um invadiu o quarto ainda (A.M. 25, sexo feminino);

Sim, invasões de privacidade nos ambientes do alojamento (R.A.S., 27, sexo masculino);

Sim, o caso do rapaz que espionava as meninas no banheiro, as tentativas de estupro próximo à guarita da universidade, o rapaz que entrou no quarto de uma jovem quando a mesma ia dormir (V.F.N. 24, sexo feminino);

Sim, além de agressões verbais feitas pelos namorados que frequentam a moradia universitária, existem casos de espionagens próprios estudantes do sexo masculino em relação às residentes da moradia (S.S.P. 20).

As respostas mostram que dentro do Campus acontece violência contra as mulheres, de forma específica à instituição, contando com as facilidades dos fluxos entre alojamentos universitários. A invasão de privacidade é uma das formas de violência contra as mulheres que se pode classificar como violência moral, violência psicológica e até da violência sexual, conforme a Lei Maria da Penha que tipifica a violência doméstica (BRASIL, 2006).

Neste contexto, questiona-se: poderiam ainda, estas formas de violência serem interpretadas como uma forma de violência doméstica por envolver ambientes de moradia entre pessoas que convivem no mesmo espaço? Seria possível, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para o tratamento destas violências que ocorrem no Campus, envolvendo estudantes residentes?

A violência citada pela maioria dos/das estudantes está ligada aos casos mais graves, o que é compreensível. Observa-se que embora os/as estudantes saibam reconhecer que existem outros tipos de violência além da violência física e conseguem classificá-la como violência, apresentando saber conceituar, quando lhes é perguntado sobre caso de violências na prática, em sua maioria citaram a violência em situações mais drásticas e, percebe-se então, que as manifestações da violência simbólica ainda pode passar despercebida pelas pessoas.

Deste modo, a violência simbólica que ocorre diariamente de forma sutil, não foi elencada pelas colaboradoras e colaboradores, pois se torna comum num processo de naturalização, embora seja esta violência precursora das violências mais visíveis apontadas como a invasão de privacidade por espionagem e por adentramento físico não autorizado no alojamento da estudante durante a noite, ou mesmo as agressões entre namorados.

É possível que ocorram muito mais violências contra as mulheres no CCA, tendo em vista que podem não ser percebidas como tal, pois podem se manifestar de forma silenciosa, às vezes imperceptível e, as estudantes envolvidas no processo de naturalização da violência contra si mesmas não costumam fazer alardes com pequenas queixas. A invisibilidade da violência simbólica e conseqüentemente a sua reprodução naturalizada nos corpos é um processo denominado por Bourdieu como força simbólica que:

Encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar a transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas dominantes (BOURDIEU, 2014 p. 50).

O histórico do Campus, o fato de ter surgido para atender um público masculino entre outros, e, desde então comandado por homens, também se revela machista nas vivências e relações de gênero no cotidiano. De acordo com depoimentos apresentados pelas alunas, houve negligência por parte da gestão acerca das providências necessárias para os empreendedores do desrespeito às mulheres estudantes no Campus, não ocorrendo punição institucional aos agressores.

Ao ser questionado se já haviam presenciado dentro do Campus algum caso de violência contra as estudantes *pelo fato de serem mulheres*, dos/das quatorze estudantes que responderam ao questionário, apenas quatro observaram as situações de violência que as estudantes sofrem no CCA estão ligadas ao fato de serem mulheres e dez negaram a percepção de uma violência específica.

Os/as estudantes colaboradores e colaboradoras, em sua maioria, não tem a percepção de que a violência que as mulheres sofrem está relacionada ao fato de serem do sexo feminino, caracterizando-se como violência de gênero. Vemos na resposta da aluna que há uma justificativa para a violência que as estudantes sofrem no Campus e que ainda informam surge quem culpabilize as vítimas sobre os fatos ocorridos.

Sim, no meu bloco feminino, meninas foram espiadas e como desculpas, o fato era que deixavam as janelas muito abertas e frequentavam bloco masculino (J.A.D.L.N., 18, sexo feminino);

Sim, em um momento de discussão aqui no Campus em que os alunos protestavam pedindo segurança na qual foi colocado em questão a violência sofrida pelas meninas do Campus, e que no momento o chefe de segurança argumentou que as meninas estavam andando/passeando, fora do horário nas ruas (28, sexo feminino);

A contradição acerca das negativas em torno da violência específica contra as mulheres evidencia-se na postura de reconhecimento à existência da violência de gênero contra as mulheres, embora esteja ainda possa ser imperceptível que a violência de gênero e/ou violência contra a mulher, acontece pelo fato de serem elas mulheres, grupo vulnerável, como afirmam Schraiber e D'Oliveira:

A violência contra a mulher diz respeito, pois, a sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres. Como termo genérico, agora para referir à situação experimentada pelas mulheres, quer remeter também a uma construção de gênero, isto é, se em primeiro lugar evidencia uma dada ocorrência sobre as mulheres, também quer significar a diferença de estatuto social da condição feminina, diferença esta que faz parecer certas situações de violência experimentadas pelas mulheres especialmente a violência que se dá por agressores conhecidos, próximos e de relacionamento íntimo, como experiências de vida usuais (SCHRAIBERS; D'OLIVEIRA, 1999).

Perguntado aos alunos/as como eles e elas comentam a violência dentro do Campus, citam como uma falta de respeito às mulheres, comentam sobre a falta de segurança e omissões dos casos já ocorridos. Diz-se que é lamentável na Universidade que deveria ser um espaço de formação crítica e da liberdade de expressão das pessoas, acontecer casos assim de violência. Esses fatos segundo eles/elas fazem com que as estudantes sintam medo e inseguras de andar só dentro do Campus ou até mesmo de usar algum tipo de roupa, para não serem mal interpretadas pelas as pessoas:

Acho lamentável, não só dentro do Campus que, diga-se de passagem, deveria ser um ambiente libertador no que se diz respeito ao respeito, as pluralidades e diversidades, como também em todos os ambientes da sociedade (R.A.S., 27, sexo masculino);

É uma lástima, dá as outras mulheres medo de sair, de andar sozinha, usar roupas mais curtas, até mesmo no quarto do alojamento, sem falar o trauma das meninas (estudante D.C.F.A., 20, sexo feminino);

As violências ocorridas no CCA comento como sendo tentativas insanas ao direito da mulher (J.N.L.L., 19, sexo feminino);

Acho que pela falta de segurança e de respeito com o sexo feminino (T.M.M, 18, sexo feminino);

É uma lástima, dá as outras mulheres medo de sair, de andar sozinha, usar roupas mais curtas, até mesmo no quarto do alojamento, sem falar o trauma das meninas (D.C.F.A., 20, sexo feminino).

O Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher-SPM, ressalta que independentemente da violência sofrida pela mulher, todas tem como base comum a desigualdade que ainda predomina em nossa sociedade (Brasil, 2003). A Instituição de Educação Superior que reproduz a sociedade, não foge à regra da perpetuação da violência contra as mulheres.

Na última questão, os/as estudantes apontam sobre o que deveria ser feito para coibir a violência dentro do Campus. Entre as respostas eles/elas dizem que para

combater a violência seria necessário que aumentasse a segurança com implantação de câmeras de segurança, lugares mais iluminados e rondas nos alojamentos e centrais de aulas. Ou seja, providências de monitoramento intenso e interdição ao próprio segmento discente.

Além de aumentar a segurança os/as estudantes indicam que se precisa de mais momentos dentro do Campus que proponham o diálogo educativo sobre a diversidade, o respeito e a valorização da mulher, bem como disciplina com temáticas de gênero para graduações. Destacou-se ainda, a necessidade de Cursos como esse de Extensão, onde foi desenvolvida esta pesquisa; uma estudante também sugere ter grupos para acolher e encorajar as estudantes vítimas da violência sofridas no Campus.

A violência é causada pelo falta de respeito que parte de cada um, cursos como este, palestras são de fundamental importância para desconstruir essa cultura de violência (T.M.M., 18, sexo feminino);

Conscientização e sensibilização dos estudantes que a praticam, através de palestras, minicursos e incluir esses assuntos em sala de aula (S.S.P. 20, sexo feminino);

Ter um aumento da vigilância não apenas nas proximidades dos alojamentos, mas principalmente no Campus como um todo, câmeras também poderiam contribuir para coibição desses tipos de violência (J.V.B. 31, sexo feminino);

Educação, inserção de disciplinas que falem sobre o respeito mútuo no fluxograma de todos os cursos (R.A.S., 27, sexo masculino);

Ser criado um grupo de apoio que as vítimas conseguissem se sentir acolhidas e servir de testemunhas para outros casos para que o mesmo ato seja proibido (K.R.B., 23, sexo feminino).

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM busca meios que estabeleçam o combate e prevenção da violência contra a mulher, assim como de assistência e garantia de seus direitos em situações de violência,

No que se refere ao combate à violência contra as mulheres, as ações desenvolvidas incluem o estabelecimento e o cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência. (...) No âmbito preventivo, encontram-se ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. A prevenção inclui não somente ações educativas, mas também culturais que disseminem atitudes igualitárias e

valores éticos que colaborem para a valorização da paz e para o irrestrito respeito às diversidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras (BRASIL, 2008, p.98).

4.3 Discussão conceitual acerca da violência de gênero contra mulheres

No sentido de investigar suas compreensões acerca dos conceitos de gênero, violência, machismo e instituições, patriarcado e dominação, uma coleta de dados foi realizada em atividade do Curso de Extensão “Gênero e sexualidade em debate, pelo fim da violência”, por meio de mapas mentais em grupos dos/das alunos/alunas colaboradores/colaboradoras da pesquisa. Esta coleta foi realizada em 15 de setembro de 2016 e contou com a participação de doze estudantes voluntários, sob a coordenação da professora responsável pelo Curso e orientadora desta pesquisa.

O estudo por meio de mapas mentais é utilizado como métodos que tem o objetivo de armazenar, organizar e priorizar informações, usando palavras-chaves que vão desencadear novas reflexões e ideias.

Um mapa mental permite visualizar todas as informações relevantes para um assunto no mesmo campo visual. Assim, quando se passa para outra seção ou "ramo" do assunto em causa - o que pode ser feito rapidamente - as informações anteriores ainda estão presentes na memória, facilitando a compreensão (MARQUES, 2008, p.33).

Foram indicados os conceitos geradores pela docente responsável e distribuídos por sorteio aos grupos. Os mapas mentais foram desenvolvidos em cartazes e apresentados por um integrante de cada grupo enquanto os outros membros complementavam, caso achassem necessário, promovendo assim um diálogo aberto no grande grupo, sobre cada conceito disposto. Estudos individuais anteriores à atividade sobre tais conceitos, certamente influenciaram nos resultados demonstrando a “contaminação da amostra”.

O primeiro grupo foi sorteado com o conceito de *gênero* e utilizou-se das seguintes palavras e termos para descrever o que eles entendiam sobre o conceito: azul/rosa, futebol/balé, opressão, poder de gênero, valores, identidade, diversidade,

desigualdade, diferenças sexuais, hierarquia e construção sociocultural, de acordo com a figura 1, que segue:

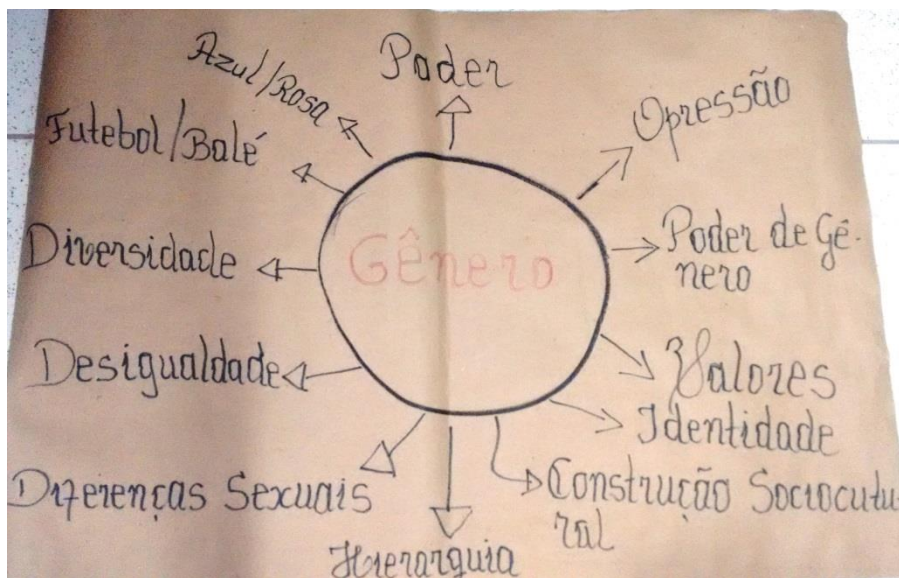


Figura 1. Mapa Mental com o conceito de Gênero.

Quando apresentando aos demais, explicaram que o gênero se trata de uma construção social, dos papéis de homens e de mulheres na sociedade, e ainda que as pessoas que fogem do padrão imposto pela sociedade sofrem preconceitos, pois o conceito de gênero é amplamente confundido com o sexo biológico, gerando desigualdade e desrespeito e ditando como devem ser e se comportar segundo o sexo. Como afirma Scott,

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente (SCOT, 1995, p.88).

Para conceituar a *violência*, o segundo grupo utilizou as seguintes palavras: psicológico, coibição, dominação, moral, simbólica, patrimonial, Lei Maria da Penha, força, física, sexual, medo, humilhação, poder, ciclo, morte, entre outras, como se mostra na Figura 2.



Figura 2. Mapa Mental com o conceito de Violência.

É possível constatar a identificação da violência para além da violência física e a ampla compreensão conceitual acerca da existência de formas variadas, com enfoque sobre a violência contra as mulheres, embora não se tenha delimitado a questão das mulheres, houve tendenciosidade à questão.

Para apresentar o seu mapa o grupo falou inicialmente da violência de uma forma geral, e seguiu focando na violência contra a mulher, tipificando-a de acordo com a Lei Maria da Penha, também citada como um fio da rede desenhada sobre a violência, notadamente na sua coibição. Explicaram que a violência ocorre como um ciclo e começa da forma mais sutil, podendo chegar até a morte da vítima, e que muitas vezes as vítimas são culpabilizadas e tem medo de interromper com o ciclo de violência. Carvalho et al. justifica a violência como:

O uso intencional de força física, psicológica e/ou institucional que, através de ações e palavras, submete alguém a tratamento anti-social, desrespeitoso e desumano, ferindo seus direitos de ser vivo, ser humano e de cidadão(ã). Nessa perspectiva, a violência é uma forma de exercício desigual de poder, exclusivamente humana e de caráter nocivo, sempre decorrente de conflitos gerados inclusive e, sobretudo, por fatores sociais (CARVALHO. et al, 2009).

Para discussão do conceito de *machismo e instituições* no mapa mental foram utilizadas palavras como homofobia, violência, controle, imposição, padrões, elitismo, intolerância, violência doméstica, violência de gênero, superioridade, poder, princípios,

cultura, conservadorismo, mente fechada, diferenças, segregações e religiosidade (Figura 3).

Com o anúncio da relação dessas palavras, os alunos explicaram que o machismo é uma forma de poder e superioridade do sexo masculino, promovendo as desigualdades de gênero, e que isso ocorre por conta do conservadorismo e como a sociedade se desenvolveu, o machismo influencia na violência doméstica e de gênero.

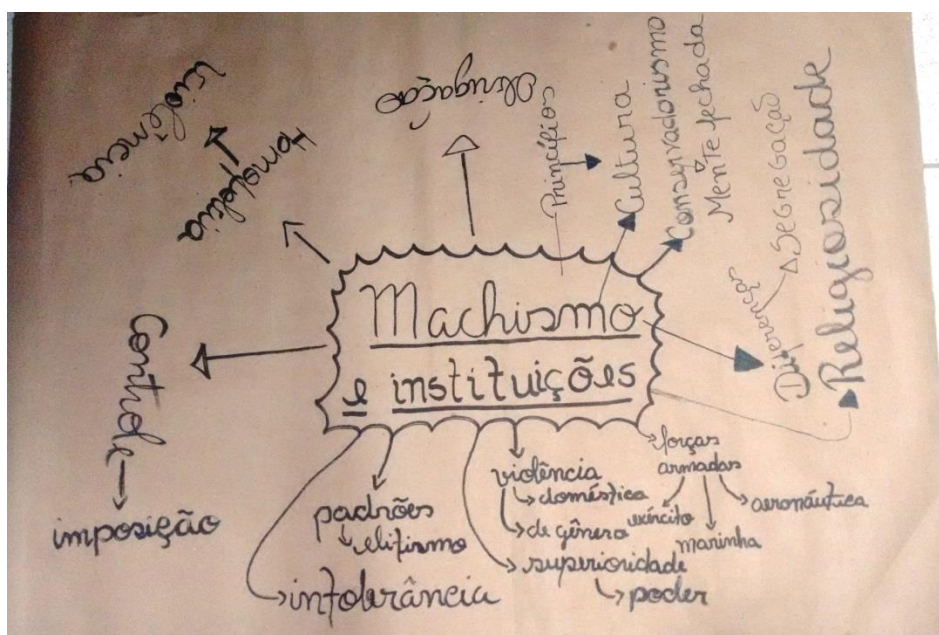


Figura 3. Mapa Mental com o conceito de Machismo.

No tocante às instituições foram citadas as Forças Armadas como exemplo de instituições machistas e ainda sobre a presença do machismo em muitas instituições, a exemplo da própria universidade. O machismo tanto pode ser prejudicial para mulher como para o homem, exigindo que tenhamos comportamentos ditados pelo machismo, as que fogem desse padrão, sofre preconceitos como afirma Drumont (1980, p.81), o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistificam as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher (...) mediado pela liderança masculina. Desta forma, pode-se associar machismo à dominação do masculino sobre o feminino.

O último grupo discutiu o mapa mental ilustrado na Figura 4, a seguir, sobre o conceito de *patriarcado e dominação*. Foram utilizadas as palavras machismo,

dominação masculina, heteronormatividade, papéis de gênero, desigualdade salarial, privilégios. O grupo explicou que o patriarcado promove a desigualdade entre os sexos, determinando quais os papéis que cada um desempenha na sociedade e na vida privada. Tais imposições estão ligadas ao machismo e a dominação do sexo masculino, tendo a heterossexualidade como eixo central e único.

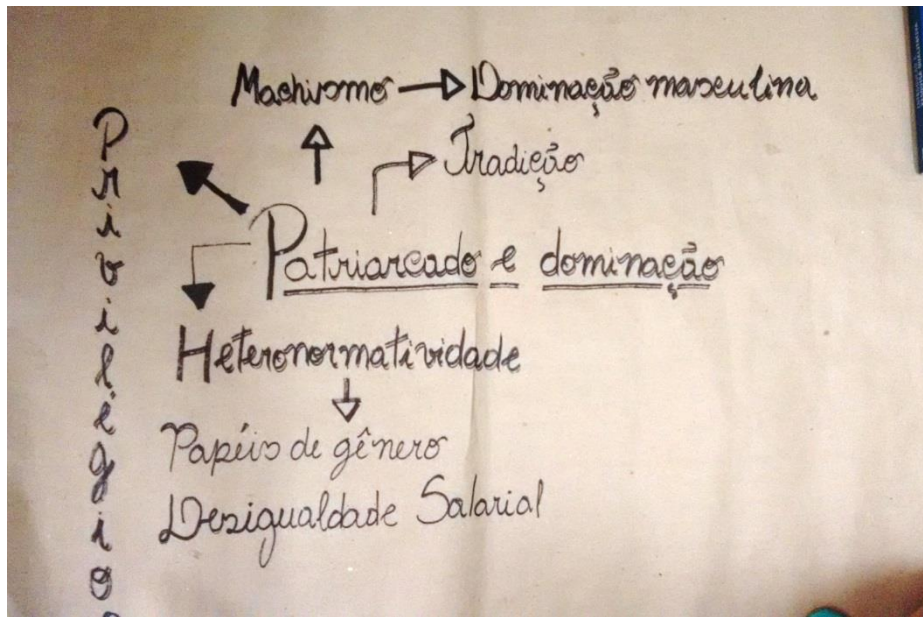


Figura 4. Mapa Mental com o conceito de Patriarcado.

O destaque dos privilégios ao empreendimento do patriarcado demonstra que ocorreu o entendimento sobre as práticas patriarcalistas que excluem as mulheres objetivamente de lugares reservados aos homens e outorga à elas a aceitação passiva e o sofrimento como virtudes. Nesta direção, Saffioti afirma:

Patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2011, p. 104).

Assim, o sistema patriarcal determina as relações de gênero marcadas pela segregação social, compondo vários campos no espaço público e privado conforme suas regras e não hesita em utilizar a violência para a manutenção dos seus privilégios.

4.4 A violência no Campus: Relato do Grupo Focal

Os grupos focais podem ser compreendidos e empregados em simulações de comunicações e conversas cotidianas, ou como um método quase naturalista para o estudo da geração das representações sociais ou do conhecimento social em geral (FLICK, 2009, p. 188).

De início, a pesquisadora mediadora do grupo focal⁶ explicou que entrevista de grupo focal é uma técnica de pesquisa que busca coletar dados em grupo, através da participação ativa dos membros do grupo acerca de um tema foco e que as interações entre em membros podem esclarecer dados que foram coletados anteriormente, de forma individualizada como ocorreu no questionário. E ainda, explicou que o foco seria o tema da pesquisa, a violência contra as mulheres no Campus, tendo-se como objetivo a discussão sobre este tema e sobre as respostas apresentadas anteriormente nos questionários. A entrevista foi orientada por um roteiro organizado para esta, a partir da análise dos questionários aplicados anteriormente (APÊNDICE IV).

A professora mediadora apontou algumas respostas dos questionários que eles e elas responderam, nas quais aparecem afirmações de que as meninas que visitam os alojamentos dos meninos, são chamadas de meninas fáceis, e recebem agressões verbais e agressões morais. De acordo com essas respostas, foi feito o primeiro questionamento, sobre o machismo, preconceitos, desrespeito contra as mulheres dentro da Universidade, obtendo-se a confirmação por unanimidade de que ocorre o desrespeito para com as mulheres estudantes no CCA, por parte dos estudantes colegas.

Assim, desde o início fica evidente que a violência moral e psicológica se encontram manifestas no cotidiano do Campus, contribuindo para a perpetuação das desigualdades de gênero. Segundo a Lei Maria da Penha, entende-se como violência psicológica e moral o ato:

⁶ A professora responsável pelo Curso de Extensão “Gênero e sexualidade em debate, pelo fim da violência” e também orientadora deste trabalho coordenou a coleta de dados por meio da entrevista de grupo focal.

Violência psicológico: como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

As estudantes relataram ainda casos de discriminação quando é para fazer o “serviço pesado nas aulas práticas”: elas contam que sempre se dispuseram normalmente a participar das aulas, pois, na prática se aprende muito. Mesmo assim, escutam piadas dos alunos colegas. Uma aluna relatou que foi pegar alguns materiais em uma aula prática e o colega a dispensou, alegando que era “serviço pra homem”.

Quando eu estava no laboratório de anatomia chamaram para pegar os cachorros, e ela prontamente se dispôs a ir. Aí o menino falou: - Alguém pode me ajudar? Ela disse: - Eu estou aqui! E ele disse: Não! Tem que ser um homem que é muito peso! (...) (A.C.D.A., 19, sexo feminino);

Esse episódio denota a divisão sexual do trabalho decorrente do sexo que atribui tarefas e lugares sociais para homens e mulheres, sendo historicamente adaptada pelas sociedades, revelando uma característica do patriarcado, enquanto sistema de relações sociais e de gênero, fundamentado objetivamente nesta forma de discriminação contra as mulheres tanto nos espaços privados quanto públicos.

No caso do CCA, excluindo-se as estudantes das atividades por acharem que elas não têm força ou até mesmo capacidade para realizar as atividades ditas como sendo para homens, indica-se a incapacidade para desenvolver tarefas que são pertinentes à profissão, portanto tornando-as profissionais incompletas e conseqüentemente menos competentes em relação aos profissionais homens que são completos. Assim, “essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem *vale* mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA *et al.*, 2009, p. 271).

Além disso, colaboradoras e colaboradores da pesquisa afirmaram acontecer de alunos e professores interromperem as falas das alunas, e que na maioria das vezes elas não reagem ao fato. Concluiu-se que, isso ocorre como uma forma de discriminação e objetiva não validar o que é dito pela mulher:

Muitas vezes, também interrompo a fala de mulheres e que a todo o momento fico me policiando para que isso não ocorra (F.E., 20, sexo masculino).

Embora o estudante colaborador se coloque como atento ao problema, no fato descrito evidencia-se a prática da violência simbólica que se torna de difícil percepção e, por isso mesmo, não encontra resistência, contando inclusive com a adesão das vítimas como uma de suas principais nuances. De acordo com Bourdieu, a violência simbólica:

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamada à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, das estruturas de que tais disposições são resultantes (BOURDIEU, 2005, p. 54-55).

Quando lançado o questionamento sobre a percepção da violência especificamente contra a mulher, uma aluna relata que a violência é tão sutil que passa despercebida, além de ser escondida por um falso cavalheirismo, mostrando-se mais uma vez a invisibilidade da violência simbólica. Eles/as citaram também que as próprias mulheres reproduzem essa violência, condicionadas a serem submissas aos homens:

Esse comportamento das mulheres é naturalizado e muitas vezes elas não percebem essa submissão (J.V.B., 31, sexo feminino);

É tão enraizada que até as mulheres reproduzem essa violência, tipo assim, eu vejo que já é uma coisa condicionada da mulher de ter essa parte de submissão para o homem (F.E. 20, sexo masculino).

Houve o relato do caso de uma professora do Campus, que é considerada pelos/as alunos/as como “linha dura” e, pela sua forma de agir muitas/muitos estudantes interligam o seu comportamento à falta de sexo. No entanto, para os professores homens com comportamentos semelhantes não se usa esta mesma expressão e alunas/alunos consideram normal e até acham graça do seu comportamento, enquanto a professora é motivo de chacota entre os alunos, a partir de uma visão estereotipada em que a mulher é estressada por falta de sexo e que o homem é ignorante porque é de sua natureza ser dessa forma. O estudante colaborador reflete sobre o caso:

Não podem assumir que ela é brava, que é uma personalidade como as pessoas tem personalidades diferentes? (F.E. 20, sexo masculino).

Citou-se outra professora que quando chega sorridente ao Departamento os/as alunos/as dizem logo que ela fez sexo. Esses episódios dizem muito sobre os papéis e personalidades que são atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade e suas posturas nos seus ambientes de convivência, cobrando-se da mulher a meiguice e simpatia, e, opostamente, dos homens a autoridade e a energia; quem foge a esse padrão sofre discriminação, especialmente as mulheres. Denota-se, assim, a visão androcêntrica que, de acordo com Bourdieu (2005), indica a superioridade masculina sobre o feminino e sobre o que a este se relacionar, das diversas formas e aspectos.

Diante dos casos relatados pelos/as alunos/as, voltou-se à questão do questionário em que a maioria respondeu não haver presenciado dentro do Campus casos de violência contra a mulher pelo fato de serem mulheres. Quando lhes foi provocado a pensar sobre os relatos que eles/as fizeram dos casos ocorridos envolvendo mulheres, perceberam que a violência ocorrida dentro do Campus junto às mulheres, está ligada ao fato de serem mulheres.

Demonstrou-se, assim, a utilidade do grupo focal como técnica de coleta de dados, no sentido de esclarecer as percepções dos pesquisados e pesquisadas, por um lado, e, por outro lado, como técnica pedagógica que pode conduzir à reflexão acerca das ideias, que se apresentam algumas vezes contaminadas da compreensão superficial das relações de gênero.

Ao analisar os fatos, por perceberam o quanto fora contraditório afirmar que a violência que as mulheres sofrem, não estaria ligada ao fato de serem mulheres e nesta retomada de percepção, cita-se mais um caso de desrespeito com as estudantes no Campus:

Já ouvi casos de professores que beneficiam os homens. Por exemplo, nas avaliações os meninos tiram melhores notas que as meninas, em sua maioria passam por média enquanto as meninas sempre vão pra final (R. A. 27, sexo feminino).

Os/as estudantes só notam essas diferenças, após o término da disciplina, quando as meninas comentam que o professor não gosta delas, pois os meninos recebem mais atenção que elas, comprovando-se que a violência é velada pela forma sutil que ocorre. Foram apontados ainda casos de assédios dos professores às alunas e de alunas que foram reprovadas por um professor que as assediava:

Eu soube de um caso que teve aqui de um professor que estava reprovando as mesmas meninas várias vezes, ele reprovava porque queria manter essas meninas na aula dele (D.C.F.A., 19, sexo feminino).

Deste modo, fica exposto que as relações sociais em geral são permeadas pelas questões de gênero como relações de poder e que violência contra mulher é um fator complexo de ser analisado e pode ocorrer de várias formas, como afirma Bandeira:

Embora revestida de complexidade conceitual, além de ser polissêmica e multicausal, é tomada como um instrumento de controle viril sobre os corpos femininos, que abriga um repertório de práticas diversas em intensidade e extensão. No geral, sob esta designação, são agrupados fenômenos e situações diversas (BANDEIRA, 2009, p. 407).

Em relação à convivência discente na universidade, a professora mediadora perguntou se eles e elas já presenciaram algum tipo de violência entre estudantes que atingisse as estudantes pela sua condição feminina. Apenas uma aluna relatou o fato de um relacionamento abusivo em que o rapaz agrediu sua namorada verbalmente e já chegou a ouvir comentários de que ele a agrediu fisicamente, que muitas pessoas

presenciaram o fato e ninguém fez nada. Pois, segundo ela, ainda existe aquela ideia que é só uma briga de casal e que tudo se resolve.

Esses relatos, apresentados no grupo focal, mostram a realidade social da dominação masculina, baseada no androcentrismo, no machismo que por muitas vezes justifica a violência cometida por homens contra mulheres e, por conseguinte, naturalizada nos discursos de homens e mulheres num processo de legitimação da visão androcêntrica, denominada por Bourdieu:

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (BOURDIEU, 2014, p. 44).

Sobre a forma como se tratam, foi indagado se eles/elas teriam ouvido alguma piada que agrida a mulher dentro do Campus, ou alguma fala do homem que seja grosseira em relação às mulheres, uma aluna falou que presenciou o caso de uma colega estudante, na lanchonete da universidade. Relatou que ela se queixava, pois, sofria muito preconceito porque era baixinha, porque era magrinha, porque pintava o cabelo da cor que queria e, os meninos que estavam lá nesta hora ficaram soltando piadas contra ela enquanto ela estava falando como se sentia diante desses preconceitos.

As normas do machismo, princípio norteador da ordem masculina, desprezam as mulheres que não estão adequadas às suas exigências de padrão físico e moral, demonstrando que em seu fazer “historicamente, a violência é guiada por normas culturais que reforçam as tênues fronteiras entre o masculino e o feminino, permanecendo o feminino atrelado ao submisso e ao normatizado” (GOMES, 2016).

Acerca da violência dentro das salas de aulas no Campus Universitário, os colaboradores e colaboradoras não responderam verbalmente à questão. Todavia, perguntado especificamente às meninas, se nas “calouradas” elas já tinham se sentido mal por causa de alguma abordagem feita pelos meninos nas festas, uma aluna contou que ficou constrangida, pois, estava na festa com o seu namorado e quando ele virou as costas um estudante a abordou chamando-a pra dançar; ela disse que tinha namorado e, mesmo assim, ele insistiu puxando-a pelo braço. Apresenta-se, neste contexto, o

imaginário dominante da virilidade em que “apoderar-se do corpo da mulher é o que se espera de uma função viril. O ‘não’ da mulher, ou o ‘medo’ da mulher aparecerem como construtivos do desejo masculino” (MACHADO, 1998, p. 251).

O grupo confirmou que esse tipo de acontecimento é muito recorrente nas festas universitárias, mas, tornou-se tudo tão naturalizado que não é visto como uma violência, confundido esse tipo de agressão com cantada. Assim, fatos que apontam que a violência simbólica está muito presente na instituição, embora muitas vezes não seja percebida nem mesmo pela sua vítima como um ato de violência. Almeida afirma que as “situações de violência simbólica são as mais corriqueiras no cotidiano das mulheres. Ainda que jamais tenham sido vítimas de agressões físicas ou psicológicas, dificilmente passaram ilesas a um episódio de violência simbólica” (ALMEIDA, 2010, p. 75).

Apesar de que a violência sempre esteve presente desde começo da civilização, e ser considerada pelo senso comum uma condição humana, ela não deve ser aceita como algo inevitável, e deve ser utilizados meios para coibir a violência, como afirma a OMS,

A violência pode ser evitada. Não se trata de uma questão de fé, mas de uma afirmação baseada em evidências. Podem-se encontrar exemplos bem sucedidos em todo o mundo, desde trabalhos individuais e comunitários em pequena escala até políticas nacionais e iniciativas legislativas (OMS, 2002 p.03).

Sobre caminhos para coibição da violência no Campus, segundo os/as estudantes entrevistados e entrevistadas foi unanimidade que é preciso ter a parte educativa, mas, também a parte da punição defendeu um aluno:

Não adianta entrar com a parte educativa se não houver punições rígidas, mudanças nas leis rígidas, porque a partir do momento que um agressor fizer isso e for expulso da universidade e, na parte civil poder ser preso pelo crime que cometeu, outros rapazes vão pensar antes de fazer alguma coisa contra mulher (R. R.A.S., 27, sexo masculino).

Também comentaram sobre a importância de incentivo aos coletivos feministas para ajudar estudantes vítimas de violências dentro do Campus. Sugere-se a implementação de uma disciplina obrigatória sobre gênero para todos os cursos, uma vez que são poucos os homens que participam de Cursos como este ofertado no

Programa de Extensão e onde foi desenvolvida esta pesquisa. Mas, segundo o grupo, se fosse uma disciplina obrigatória todos e todas teriam que fazer a disciplina e começariam a ter uma visão nova sobre o que, de fato, são as relações de gênero.

A questão da ação educativa apontada é consenso entre os organismos envolvidos com a questão dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e problemas correlatos. Na direção da supressão à violência, a SPM afirma que

O enfrentamento à violência contra a mulher exige a soma de esforços entre os diversos segmentos da sociedade: entre os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário; governos estaduais e municipais; movimentos sociais, em especial, movimentos feministas, de mulheres e movimentos de direitos humanos (Brasil, 2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra mulher é uma problemática que sempre existiu e recebeu notoriedade devido às lutas feministas. Atualmente, no Brasil, essa temática tem ganhado maior espaço para o seu debate, fazendo com que cada vez mais sejam evidenciadas as violências contra as mulheres, especialmente a partir de 2006 com a lei Maria da Penha e em 2015 com a Lei do Femicídio.

Contudo, muito há que ser realizado na tentativa de erradicar a violência contra mulher, pois esta violência ainda é uma prática corriqueira/comum, que segue sendo justificada pelos agressores, a partir dos “comportamentos inadequados” das próprias vítimas, que, frequentemente, são tornadas culpadas da violência que sofrem na evoluída sociedade contemporânea.

Além de ser justificada pela sociedade, a violência, em alguns casos, passa a ser reproduzida até pelas próprias mulheres. Assim, ao longo dos tempos o problema parece agravar-se uma vez que nossa sociedade permanece fortemente marcada pela cultura do androcentrismo, do machismo, do patriarcado, com princípios da cultura conservadora e da divisão social do trabalho que limitam as mulheres a posições ainda inferiores aos homens, apesar dos avanços conquistados.

Nesta pesquisa, um aspecto observado é que são poucos os estudantes que têm a sensibilidade e interesse em assuntos que envolvam violência de gênero no Campus, considerando que o número de estudantes que participaram do Curso de Extensão ofertado a todos, compondo a amostra desta pesquisa, foi pequeno diante da quantidade de alunos dentro do Campus.

De acordo com os resultados obtidos, é possível observar após leituras e discussões que os/as estudantes participantes da pesquisa apresentam domínio sobre o conteúdo dos conceitos de gênero e correlatos, sabendo identifica-los, exemplifica-los. Todavia, embora tenham demonstrado a compreensão conceitual sobre a violência e a violência contra a mulher, há ainda certa dificuldade para identificá-las na prática, no dia-a-dia, nas relações sociais e convivências no ambiente universitário, nas suas diversas formas.

Nas percepções apontadas pelos/as estudantes participantes da pesquisa a violência contra a mulher, na maioria das vezes, só foi citada nas suas formas mais graves, como os casos de invasão da privacidade das estudantes, entre outras. A percepção de que as violências sofridas pelas mulheres tem a marca do gênero também não foi espontânea para a maioria, revelando-se somente após a discussão orientada no grupo focal.

As violências que as mulheres sofrem na instituição, em um primeiro momento, na visão da maioria dos/das estudantes não foram ligadas ao fato delas de serem do sexo feminino. Apenas após serem provocados a pensar sobre os fatos relatados e situações em que as mulheres sofrem constrangimentos, como de discriminação, agressão verbal ou coerção, à violência nas formas física, sexual e patrimonial, é que fica claro que as mulheres sofrem sim na instituição violências diversas, pelo fato de serem mulheres.

Confirma-se, assim, que as violências contra a mulher requerem abordagem e enfrentamento, pois, ainda podem ser vistas de forma simplista, linear e preconceituosa, tratando-se de um fenômeno que atinge as mulheres todos os dias, em todos os lugares e por isso há a necessidade de ser discutida e de se procurar meios para erradicar essa violência também presente na universidade.

Ainda que alguns estudantes demonstrem perceber a violência nas suas manifestações de moral e psicológica, muitas vezes estas formas de violência simbólica não são compreendida como tal, nem mesmo pelas suas vítimas, ocorrendo de maneira sutil e, por isso, há certa dificuldade de ser identificada e combatida como produto de uma sociedade patriarcal que normatiza o comportamento agressivo e autoritário de homens agressores, e conseqüentemente, viabiliza que as mulheres sejam tratadas como objetos de desejo, além de assegurar que sua forma de agir ou se comportar “em desvio da norma” justifique algum tipo de violência.

Foi apontado pelos/as estudantes, colaboradoras/colaboradores da pesquisa, que a falta de segurança e a omissão aos casos de violência já ocorridos na instituição de invasão de privacidade, denunciados formalmente, causam medo às mulheres e as deixam em situação de vulnerabilidade uma vez que não se sentem seguras dentro da instituição, principalmente devido à ausência de políticas e movimentos que punam os agressores e que acolham suas vítimas, sem procurar culpabilizá-las pela violência sofrida.

Os resultados obtidos nesse trabalho apontam a necessidade de mais ações que provoquem discussões e reflexões sobre o tema “violência contra mulher”, visando atingir uma maior aproximação do público. Somente através de estudos e informações podemos conseguir subsídios para atuar no enfrentamento a prevenção e erradicação deste tipo de violência.

De fato, os resultados mostram que há violência sofrida por mulheres dentro do Campus do CCA, um local muito marcado pelo machismo, é ainda difícil de ser compreendida pelos os/as alunos/as. Deste modo, sugerimos a realização de palestras, cursos e pesquisas que visem o respeito aos direitos das mulheres, também ajudando-as contra qualquer tipo de constrangimento ou violência, e encorajando-as a denunciar, com o apoio necessário dentro da universidade. É essencial que haja políticas que ensinem os homens a respeitar as mulheres, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, C. Violências. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 271-276.

ALMEIDA, M.G.B. (Org.). **A Violência na Sociedade Contemporânea**. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BANDEIRA, L. **Três Décadas de Resistência Feminista Contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/3141/2737>> Acesso em: 29 jan. 2017.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner -12ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

BRASIL. Secretária Especial de Políticas para mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. **Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher**. Secretária de Transparência-Data Senado, 2013. Disponível: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/pesquisas-e-publicacoes>>Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Secretária Especial de Políticas para mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. **Mapa da Violência 2105: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf>Acesso em: 03 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340** ;. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para as mulheres**. - Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf> Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas** / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília, 2003. Disponível em: <[file:///C:/Users/Amanda-PC/Downloads/PDFEF.tmp%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Amanda-PC/Downloads/PDFEF.tmp%20(2).pdf)> Acesso dia 03 nov. 2016.

BRAZÃO, A.; OLIVEIRA, G. C. (Orgs). **Violência contra as mulheres - Uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.128p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 6). Disponível em: <<http://www.contee.org.br/blogsfemea/docs/Cole%C3%A7%C3%A3o%2020%20anos%2020Uma%20hist%C3%B3ria%20contada%20em%20d%C3%A9cadas%20de%20luta.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2016.

CARVALHO, M. E. P. **Consciência de Gênero na Escola**. Introdução à Questão das Relações de Gênero na Educação. Editora Universitária, 2000.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexuais: um glossário**- João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2009. p. 07 15.

CHAUÍ, M. (2007) **Contra a Violência**. In *Portal da Fundação Perseu Abramo*. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chau> > Acesso em: 23 set. 2016.

COMISSÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acesso em: 01 nov. 2016

COSTA, R.G., SILVEIRA, C.M.H.; MADEIRA, M.Z.A. **Relações de Gênero e Poder: Tecendo Caminhos Para a Desconstrução da Subordinação Feminina**. In: Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR; 2012 nov.14-17; **FALTA AJEITAAAR** Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/search/results>>. Acesso em: 26 out. 2016.

DEEKE, L. P. (2007) **A Dinâmica da Violência a partir dos Discursos da Mulher Agredida e de seu Parceiro**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Florianópolis. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90571> > acesso em: 24 set. 2016.

DENZI, N. K; LINCOLN, Y. S.; *Et al.* **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz - 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa; Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, C.M. **Violência de Gênero e a Crise da Masculinidade**. Revista Fórum Identidades. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 10, Volume 21 | mai. – ago. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/5867/4872>> Acesso em: 03 jan. 2017.

GONÇALVES, S.A. **Femicídios: Nossas Cidades São Perigosas ou Relacionamentos que Matam?**. In: I Seminário Internacional de Ciência Política, 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GON%C3%87ALVES-Femic%C3%ADdio-GT-Genero-I-Semin%C3%A1rio-Internacional-CP-UFRGS-.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2016.

GUERRA,E.L.A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf> Acesso em: 28 out. 2016.

INSTITUTO AVON. **Violência Contra a Mulher no ambiente universitário**. Data Popular, 2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do Trabalho e Relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

MACHADO, L.Z. **Feminismo em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010. Disponível em: <<http://www.generoediversidade.ufba.br/wp-content/uploads/2014/07/MACHADO-Lia-Zanotta.-Antropologia-e-Feminismo-diante-da-Viol%C3%AAAn.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade, sexualidade e estupro**. Cadernos Pagu. Campinas, vol. 11, p. 231-73, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634/2553>> Acesso em: 03 jan. 2017.

MARQUES, A. M.M. (2008) **Utilização Pedagógica de Mapas Mentais e de Mapas Conceituais**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Aberta. Disponível em: <<http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1259> > Acesso em: 03 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **In International Women's day 2007 Ending Impunity for Violence against Women and Girls**. Secretary-General's in-depth study, 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/events/women/iwd/2007/background.shtml>> Acesso em: 24 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>> Acesso em: 01 nov. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAFFIOTI, H. I.B. **Contribuições Feministas para o Estudo de Gênero**. labrys, estudos feministas / número 1-2, julho/ dezembro 2002.

SAFFIOTI, H.I.B., **Gênero, Patriarcado e Violência**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/16846182/genero-patriarcado-violencia-livro-completo/1> > Acesso em: 24 set. 2016.

SANTOS, S.C.M. **A Herança Patriarcal de Dominação Masculina em questão**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/864.pdf>> Acesso em: 28 out. 2016

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violence against women: interfaces with Health care, Interface _ Comunicação, Saúde, Educação**. v.3 , n.5, 1999. Disponível em: <http://saude.sp.gov.br/resources/ses/agenda/i-encontro-tematico-de-humanizacao/violencia_contra_mulheres_-_interfaces_com_a_saude.pdf> Acesso em: 06 nov. 2016.

SCOTT, J. “**Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**”. Educação e Realidade, v. 20, no 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://archive.org/stream/scott_gender#page/n15/mode/2up> Acesso em 23/09/2016.

SILVA. E.S. As Entrelinhas da Inclusão/Exclusão na Atualidade: uma discussão conceitual. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011, São Luís. Anais eletrônico...São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/vjornada.html>> Acesso em: 02 nov. 2016.

SOUSA, V. A.; CARVALHO, M. E. P. **Por uma educação escolar não-sexista**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por meio deste Termo, **consultamos a sua disposição para colaboração voluntária** na pesquisa ora intitulada “**PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM UMA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR AREIA-PB**”, desenvolvida por Amanda Gonçalves dos Santos Silva, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Centro de Ciências Agrárias/CCA, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas, sob a orientação da professora Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos DCFS/CCA/UFPB.

Temos como eixos norteadores a ética profissional e o compromisso com a temática de estudo e quando da publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo, a menos que deseje ser identificada/identificado.

Ao participar, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Sua participação envolve a permissão para utilização das respostas dos questionários do Curso de Extensão “Gênero e sexualidade em debate, pelo fim da violência contra as mulheres” e participação numa entrevista de grupo, com anuência para a gravação da mesma, a fim de que nenhuma informação seja perdida. Caso você decida não participar e desista de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Atenciosamente,

Amanda Gonçalves dos Santos Silva – Orientanda

Anita Leocádia Pereira dos Santos - Professora pesquisadora /orientadora

Areia, setembro de 2016.

() Sim, disponho-me à colaboração voluntária na pesquisa supracitada

() Não, recuso-me à colaboração voluntária na pesquisa supracitada

Nome e assinatura da/do colaborador/colaboradora

APÊNDICE II**PRIMEIRO QUESTIONÁRIO APLICADO****Universidade Federal da Paraíba****Centro de Ciências Agrárias****Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais- DCFS****Campus II Areia- PB****Curso de Extensão 2016****GÊNERO E SEXUALIDADE EM DEBATE, PELO FIM DA VIOLÊNCIA**

Questionário inicial Data ___/___/_____

Iniciais do nome: _____

Sexo _____ Idade _____

Curso de Graduação _____

1. O que você entende por violência? Exemplifique:

2. Em sua opinião, à violência há vítimas principais? () Sim () Não
Por quê?

3. Acontece violência na universidade? () Sim () Não

Descreva um ou mais casos de que tem conhecimento:

4. Você conhece ou conheceu alguma mulher que foi ou é vítima de violência doméstica?
() Sim () Não. Descreva um ou mais casos de que tenha conhecimento:

APÊNDICE III**Segundo Questionário: Violência dentro do Campus**

Nome ou iniciais _____

Idade _____ sexo _____

Há quanto tempo está no CCA?

É residente? () Sim () Não

Prezad@ cursista colaborador (a)

Estamos realizando uma pesquisa sobre a ocorrência de violência contra as mulheres neste Campus e gostaríamos de obter a sua colaboração, respondendo as questões que seguem:

1. Já tomou conhecimento de alguma situação de violência contra as estudantes no CCA? Qual ou quais?

2. Já presenciou uma situação de violência contra as estudantes no CCA, por serem mulheres? Em caso positivo, descreva a situação detalhadamente:

3. Como você comenta a(s) violência(s) ocorrida(s) contra as estudantes dentro do Campus?

4. Na sua opinião, o que pode ser feito para coibir a violência contra as estudantes no CCA, por serem mulheres?

APÊNDICE IV

ROTEIRO DA ENTREVISA DE GRUPO FOCAL

Roteiro da entrevista

1. Exemplificar casos de preconceito e desrespeito contra as mulheres, machismo ocorridos no Campus.
 - Onde?
 - Com que frequência?
 - Houve providência?
2. Como perceber a violência de gênero contra a mulher? É possível?
3. A coibição da violência. Quais os caminhos? Como encaminha soluções?